

# ARROIO DOS RATOS

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO

- CADERNO TÉCNICO -



Jorge Luís Stocker Júnior, Arquiteto e Urbanista  
CAU nº A123461-7



**Versão Não Definitiva deste Documento**

**Ficha técnica**

**Coordenador e Responsável Técnico:** Jorge Luís Stocker Jr., Arquiteto e Urbanista  
**CAU nº** A123461-7 **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT nº** SI10582148I00CT001

**Consultoria:**

Alexsandro Witkowski (Historiador, Mestre em Museologia e Patrimônio / UFRGS)

Dezembro 2020 - Abril de 2021.



## Sumário

<b>1. Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>2. Metodologia</b> .....	<b>7</b>
<b>3. Caracterização do Município</b> .....	<b>10</b>
3.1 – Ocupação do território e evolução urbana .....	11
I – Primórdios da ocupação do território .....	11
II – Descoberta das jazidas e carvão e instalação da Mina .....	12
III - The Imperial Brazilian Collieries Limited. ....	14
IV - Holtzweissig & Cia .....	15
V – Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos .....	15
VI - Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ .....	17
VII – CADEM - Consórcio Administrador de Empresas de Mineração.....	20
VIII – Emancipação .....	22
<b>4. Arroio dos Ratos: Períodos Históricos, Tipologias Arquitetônicas e Urbanísticas e Patrimonialização</b> .....	<b>25</b>
4.1 – Primórdios da Mineração (1855-1888) .....	25
4.1.1. – Bens Inventariados deste Período .....	26
4.2 – Final do Século XIX (1878-1900).....	27
4.2.1. – Bens Inventariados deste Período .....	27
4.3 – Início do Séc. XX (1900-1940).....	28
4.3.1. – Bens Inventariados deste Período .....	28
4.4 – Estado Novo/CADEM (1940-1964).....	29
4.4.1. – Bens Inventariados deste Período .....	29
4.5 – Emancipação (1964-atualidade).....	32
4.5.1. – Bens Inventariados deste Período .....	32
<b>5. Fichas Individuais</b> .....	<b>33</b>
5.1 Ficha Completa.....	33
5.1 Ficha Resumida.....	35
<b>6. Instrumentos de Gestão</b> .....	<b>36</b>
6.1 – Níveis de Preservação .....	36
P1 – Nível de proteção máximo .....	36



P2 – Proteção externa .....	36
P3 – Proteção externa flexível .....	37
PL – Lugares.....	37
PN – Bens Naturais.....	37
6.2 – Instrumentos de fomento e viabilização econômica .....	38
6.3 – Educação Patrimonial.....	38
6.4 – Legislação Municipal .....	38
<b>7. Indicações de Complementação .....</b>	<b>39</b>
<b>8. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>40</b>
ANEXO I – Listagem completa dos bens inventariados	
ANEXO II – Conjunto de fichas individuais dos bens	



## 1. Apresentação

**Arroio dos Ratos** é um município gaúcho situado na **Região Metropolitana de Porto Alegre** e na **Microregião de São Jerônimo**. Popularmente, costuma ser também reconhecido como integrante território sócio-cultural denominado **Região Carbonífera**. De extensão territorial média (425,791km<sup>2</sup>), tem população estimada de 14.177 pessoas (projeção IBGE 2020). Em linhas gerais, a trajetória de Arroio dos Ratos está diretamente vinculada à trajetória da **extração do carvão mineral**, fator de identidade regional e que ainda exerce grande influência sobre a relação da comunidade com seu passado.

Assinalando o local de perfuração dos primeiros poços de extração do Carvão Mineral, Arroio dos Ratos caracterizou-se por muito tempo por uma economia baseada exclusivamente na extração deste minério, o que parece ter colaborado para uma lenta evolução urbana. O traçado caracteriza-se pela existência de dois núcleos – O núcleo administrativo, situado em cotas mais altas e que aqui chamaremos de “Núcleo Santa Bárbara”, e o núcleo central, mais próximo do primeiro poço e que consiste no lugar preteritamente ocupado pelos trabalhadores, que aqui denominaremos “Núcleo Central”. Neste segundo núcleo, os estratos temporais que se acumulam são mais evidentes, posto que ali instalou-se uma espécie de centro cívico, administrativo e de serviços do Município. Esta alteração ocorre em especial na década de 1940, e marca até hoje o aspecto da paisagem urbana de Arroio dos Ratos.



Largo do Mineiro. Fonte: Autor, 2021.

O **Inventário do Patrimônio Cultural Arquitetônico e Paisagístico de Arroio dos Ratos** é um trabalho técnico de interesse público que visa, a partir da metodologia proposta, **identificar e reconhecer o patrimônio cultural tangível do município, através do entendimento do contexto histórico e das etapas de seu desenvolvimento urbano**. O estudo pretende, em suma, **identificar no momento atual as edificações,**



**bens naturais, conjuntos urbanos e paisagens significativas que tenham adquirido sentido de permanência, sob o ponto de vista dos valores culturais patrimoniais.** São os bens cuja preservação se impõe para fortalecimento da identidade local, para fins didáticos e educativos; de desenvolvimento cultural e turístico e também para cumprimento das disposições constitucionais.

O território municipal de Arroio dos Ratos não foi anteriormente inventariado sob o ponto de vista de seu patrimônio cultural em nenhuma metodologia disponível. Como ações já desenvolvidas no âmbito do patrimônio cultural, destaca-se o tombamento estadual, onde hoje está instalado o Museu Estadual do Carvão, e alguns tombamentos municipais.

Este estudo é fruto de um projeto cultural desenvolvido no âmbito do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, do Sistema Pro Cultura RS do Estado do Rio Grande do Sul, por iniciativa do Município de Arroio dos Ratos. Utilizou-se como base uma adaptação da metodologia recomendada pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, denominado “Sistema de Rastreamento Cultural”.

Com a conclusão do presente **Inventário do Patrimônio Cultural Arquitetônico e Paisagístico de Arroio dos Ratos**, preenche-se a lacuna até então existente - o embasamento técnico e teórico necessário para o reconhecimento do patrimônio cultural do município. As informações levantadas permitem que a comunidade e o poder público possam conhecer melhor não apenas a forma, mas os significados de que são portadores os bens materiais existentes. Torna-se necessário, sem dúvidas, o reconhecimento deste estudo em decreto municipal, e dentro do Plano Diretor, bem como a subsequente aplicação das disposições legais e dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. Consideramos o presente estudo apenas um primeiro passo, embora firme, em direção a preservação do patrimônio cultural do município.



Igreja de Santa Bárbara. Fonte: Autor, 2021.



## 2. Metodologia

Tratando-se o presente estudo de um **Inventário de Patrimônio Cultural**, buscou-se aprimorar a metodologia sugerida pelo **Sistema de Rastreamento Cultural** do IPHAE-RS para garantir o cumprimento satisfatório da finalidade almejada. O inventário é o instrumento utilizado para “identificação dos bens culturais materiais (...) que registra e seleciona valores para preservação, refletindo ainda, alternativas para a sua manutenção” (MOTTA e SILVA, 1998). É, portanto, o instrumento que **identifica, estuda e seleciona** os bens que cumprem requisitos técnicos necessários para adquirirem o *status* de bem cultural.<sup>1</sup>

Definiu-se, assim, como **primeira etapa do trabalho** a de **compreensão do lugar**: procedeu-se uma pesquisa histórica acerca do município de Arroio dos Ratos, através de bibliografia, acervos históricos disponíveis, fotografias antigas e interpretação de mapas. A pesquisa teve como foco a trajetória da ocupação e urbanização, bem como a evolução da arquitetura regional. Esta etapa prioriza, lista e organiza desde já informações que tragam as relações entre o espaço natural ou construído com a memória e a história do município. A primeira etapa teve como produtos o histórico do município, o fichamento de informações e uma lista provisória de edificações de interesse cultural.

A **segunda etapa** do trabalho é a de **interpretação**. Nesta etapa, partiu-se para o cruzamento de dados, buscando relacionar aspectos sócio-culturais e históricos da localidade, com a arquitetura então praticada. Também abordou-se o desenvolvimento urbano da cidade, buscando o entendimento de quais seriam os lugares mais significativos (ruas, localidades, centros urbanos). O produto da segunda etapa, é a divisão da história de Arroio dos Ratos em etapas, o estudo evolutivo das tipologias construtivas e técnicas praticadas dentro de cada um destes quatro períodos, e a indicação de trajetos e espaços na cidade com maior significação histórica, para identificação dos bens culturais. Também foram identificados três sítios de maior relevância: aquele que chamaremos de Núcleo Santa Bárbara, Núcleo Centro e o Núcleo Museu do Carvão.

A **terceira etapa** do trabalho é a de **reconhecimento**. Com base nas informações levantadas, foram instrumentalizados os dados colhidos *in loco* em percursos realizados pela da cidade, em especial os três sítios identificados, registrando características e as edificações de relevância cultural encontradas. Os bens foram classificados por suas características, procedendo-se uma análise da relevância cultural, tendo como base uma síntese da escala de valores adaptada do Sistema de Rastreamento Cultural.

As edificações, bens naturais e espaços urbanos encontrados foram previamente mapeados em software SIG, sendo assim possível a leitura prévia das zonas e percursos onde se concentravam. Desta forma, foi efetivado o traçado prévio das áreas de inventação, que possivelmente possam se converter em AIC – Áreas de Interesse Cultural, sendo que a inserção em um destes conjuntos era também determinante para a inclusão definitiva do bem no inventário. Os indivíduos arquitetônicos ditos “isolados” foram

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido durante a vigência da pandemia do SARS-COVID-19, conhecido como novo Corona Vírus, com vigência de medidas de restrição e de distanciamento social. Por este motivo, infelizmente não foi possível concretizar as desejáveis oficinas presenciais de participação da comunidade. Atividades virtuais à guisa de participação foram efetuadas antes da contratação deste trabalho, sendo seus resultados devidamente contextualizados e incorporados neste Inventário.



selecionados com um critério seletivo mais severo, buscando identificar bens ou lugares que realmente apresentassem características relevantes para preservação.

O produto da terceira etapa é a listagem prévia de bens de interesse cultural, classificados por modalidade e importância; o mapeamento em software e o levantamento fotográfico das edificações encontradas. Neste momento, o inventário do patrimônio cultural começa a se delinear em seus objetivos, pois já passa a ter como objeto específico os bens que serão estudados.

A **quarta etapa** é o **estudo individual dos bens listados**. Nesta etapa, foram selecionados 10 bens edificados arrolados anteriormente como de maior potencial, buscando-se através do material já acumulado na primeira etapa, e de novas buscas específicas, subsidiar de informações o estudo individual de cada bem elencado, demonstrando suas características, um breve histórico e descrição completa. Para os demais bens arrolados, foi produzida uma ficha simplificada, de forma a elucidar as motivações da seleção.

O resultado desta etapa é a listagem final de bens inventariados, e o conjunto de fichas individuais.

A **quinta e última etapa**, diz respeito a **gestão** dos bens culturais. Nela, buscou-se operacionalizar o material levantado, de forma a dar encaminhamentos possíveis para a construção de um sistema de gestão destes bens, visando a sua efetiva preservação, dentro das normativas e legislação vigente a nível nacional e estadual, apontando possibilidades de legislação municipal. Fez-se uma identificação básica dos bens por tipologia, período a que remetem e estado de conservação geral.

O resultado da quinta etapa é o sexto capítulo deste relatório, que discorre sobre instrumentos de gestão de patrimônio sugeridos.

O resultado final de todo este trabalho é, portanto, muito mais do que uma listagem de interesse de preservação ou um conjunto de fichas. O levantamento procura trazer todas as informações necessárias para a qualificação dos bens enquanto patrimônio cultural, a vinculação das edificações arroladas com os dispositivos constitucionais que definem o **patrimônio cultural brasileiro**. Traz, ainda, as formas mais qualificadas e reconhecidas de efetivar sua proteção a partir de instrumentos urbanísticos e atos administrativos consagrados.

Este estudo técnico é, portanto, um **instrumento de gestão do patrimônio cultural**, que pode ser utilizado como ponto de partida para a readequação do planejamento urbano e para a construção de um Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, visando o cumprimento por parte do município de suas atribuições legais na preservação do patrimônio cultural. Em especial, pode ser também ponto de partida para políticas de **Educação Patrimonial**, empreendidas pelo poder público ou mesmo pela própria sociedade.



## Instâncias: Valores de seleção adotados

### Instância Cultural

- **Histórico (evocativo)** Evoca personalidades ou fatos históricos de interesse.
- **Antiguidade** Aspecto não corresponde ao contemporâneo, evocando períodos históricos distintos.
- **Afetivo** Tem reconhecimento afetivo da comunidade, sendo referência comunitária.
- **Referência Historiográfica** Representativo de movimentos artísticos, estilos arquitetônicos ou contextos históricos nacionais e internacionais, constituindo-se enquanto referência historiográfica.

### Instância morfológica

- **Arquitetônico (artístico)** Oferece interesse pelas qualidades formais, projetuais e artísticas que apresenta.
- **Raridade Formal** Formas raras e/ou inusitadas, expressão da cultura popular local ou de criatividade artística elevada.
- **Raridade da Técnica Construtiva** Presença de técnicas construtivas tradicionais e/ou raras.
- **Raridade no emprego de materiais** Presença de materiais construtivos tradicionais, raros ou em desuso.
- **Integridade formal** Mantém-se em relativo estado de integridade formal, sem descaracterizações significativas.

### Instância Paisagística

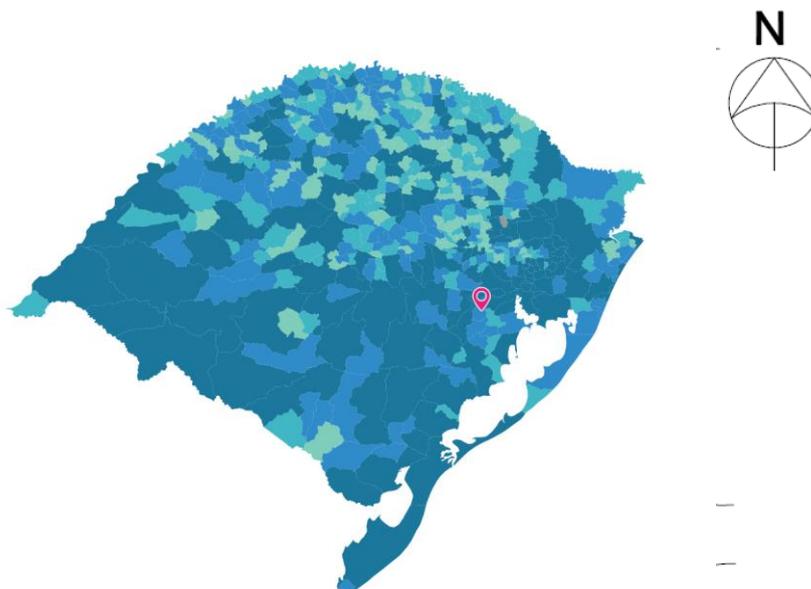
- **Paisagem urbana harmônica** Em harmonia com a paisagem urbana, seja em escala e/ou tipologia.
- **Conjunto / entorno** Sua inexistência descaracteriza um conjunto. O valor existe no conjunto e não necessariamente no elemento em si.
- **Estruturação da paisagem** É o elemento preponderante na configuração da paisagem.

### Instância funcional

- **Compatibilização com a estrutura urbana** Em harmonia com a estrutura urbana atual.
- **Potencial de Reciclagem** Apresenta potencial para reabilitação e instalação de novos usos compatíveis.
- **Uso Tradicional ou Uso Peculiar** Presença de atividade de caráter peculiar.



### 3. Caracterização do Município



Localização no Mapa do Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE

#### ASPECTOS GEOGRÁFICOS:

**Município:** Arroio dos Ratos

**Emancipação:** 28/12/1964

**Instalação do Município:** 12/04/1965

#### POSIÇÃO GEOGRÁFICA

**Localização:** Região Metropolitana de Porto Alegre; Microrregião de São Jerônimo

**Área:** 425,791 km<sup>2</sup>

**Bioma:** Pampa

**Altitude:** 69 m nível do mar

#### LIMITES

São Jerônimo, Eldorado do Sul, Charqueadas, Butiá, Mariana Pimentel e Barão do Triunfo

**Distância de Porto Alegre :** 55 km

População estimada: 14.177 (estimativa 2020/IBGE)



### 3.1 – Ocupação do território e evolução urbana

#### I – Primórdios da ocupação do território

A bacia do Arroio dos Ratos é tributária do **Rio Jacuí**, ao longo do qual os **povos indígenas de tradição Tupiguarani** distribuíram-se em aldeamentos de diferentes proporções, constituindo uma sociedade bastante complexa. Caracterizaram-se pelo estabelecimento de caminhos (*peabirus*) de ligação entre áreas muito afastadas e geralmente instalavam suas aldeias nas redes hidrográficas, que serviam de vias de comunicação entre as diversas aldeias, permitindo a solidariedade entre grupos para a manutenção do modo-de-ser guarani, das ligações matrimoniais, trocas de produtos e de artesanato, e mesmo as guerras entre grupos vizinhos. Os cursos d'água funcionavam também como rotas de penetração em novos territórios e, portanto, de expansão destes povos, que se espalharam por toda a região platina, difundindo as inovações modernizadoras que haviam adquirido ao longo do processo de neolitização, principalmente a vida aldeã, a cerâmica, a língua e a horticultura<sup>2</sup>. A ocupação prévia do território pelos povos indígenas também influenciaria de forma decisiva a futura ocupação luso-brasileira:

*Essas comunidades americanas realizaram o primeiro processo de ocupação do atual Rio Grande do Sul desbravando e explorando os territórios; descobrindo os vaus dos rios, os boqueirões das serras, as fontes de água potável; eliminando animais selvagens; aclimatando plantas agricultáveis, etc. A ocupação europeia subsequente foi preparada, facilitada, apoiada e condicionada por essa domesticação territorial pioneira.<sup>3</sup>*

É possível afirmar que o elemento luso e afro-brasileiro penetra nestes territórios de forma “mediada”, direta ou indiretamente, em consequência das relações já estabelecidas pelos povos indígenas que ali se encontravam<sup>4</sup>.

Este território se insere no projeto de ocupação do território brasileiro pela Coroa Portuguesa. Aproveitando-se a navegabilidade do Rio Jacuí, este cumpriu o papel de rota para a penetração e efetiva ocupação, que ocorreu de forma bastante tardia em relação ao restante do Brasil. Este território foi ocupado por posseiros, bem como pela **concessão de sesmarias** e a instalação de propriedades voltadas à **produção do charque**. A descrição de um anúncio de venda nos ajuda a compreender as características e as funções assumidas por estas grandes propriedades que então caracterizavam estas paragens:

---

<sup>2</sup> KERN, Arno Alvarez. Pré-História e Ocupação Humana. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.) Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009; v.5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). P. 59

<sup>3</sup> MAESTRI, Mario. Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010. P. 15.

<sup>4</sup> Os primórdios da ocupação do território de toda região carbonífera ainda representam uma grande lacuna a ser preenchida por pesquisas arqueológicas. Em todo este amplo território, registra-se apenas um sítio arqueológico indígena no município de Triunfo, em que “Foram identificados em superfície fragmentos cerâmicos com características técnicas e estilísticas comumente associadas à conhecida Tradição Guarani”. CAMPOS, Juliano Bitencourt. Ficha de registro RS-BJC-002: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para os Empreendimentos do Grupo Metropolitana A. IPHAN, 2016.



*[...] casa de vivenda com três salas forradas, e assoalhadas: casa de cozinha (separada, e nos fundos daquela), [...] casa de senzala para escravos: dita com atafona sentada, e numa grande prensa, dois fornos de cobre grandes, e mais pertences para fazer farinha: um bom galpão de charqueada, e unido ao correr atafona de sal com paióis, armazém para sebo, graxa, costelas, etc. e os mais arranjos necessários: casa de fazer graxa, campo para criar, e matos: terreno próprio para uma quinta, junto aos arvoredos de espinho, e caroço, que já tem e dão fruto. [...] com o mesmo estabelecimento também se vende um escaler e quatro remos, bem construído e ainda novo, uma canoa bordada de dois remos de vaga, porção de madeiras falquejadas, pedra, telha ainda não servida, escravos de todo o serviço, e ditos campeiros, e alguns móveis do uso daquele estabelecimento. [...]*<sup>5</sup>

A primeira povoação expressiva forma-se às margens do encontro dos rios Jacuí e Taquari, sendo denominada povoação de Nossa Senhora do Bom Jesus do Triunfo, elevada a freguesia em 1754. A povoação teria observado um significativo incremento de moradores após a invasão espanhola na cidade de Rio Grande. De início vinculado administrativamente a Porto Alegre e posteriormente à Rio Pardo, à partir de 1831 a freguesia foi elevada a **Vila de Senhor Bom Jesus do Triunfo**, adquirindo maior autonomia administrativa. Após um período inicial de riqueza proporcionada pela atividade das charqueadas, Triunfo enfrentou uma longa decadência com o encerramento desta atividade econômica nas redondezas à partir de meados da Revolução Farroupilha<sup>6</sup>, sendo que a atividade de charqueadas se deslocou para as imediações de Pelotas<sup>7</sup>. Na margem oposta do rio Jacuí, no *Passo das Tropas*, uma nova povoação – inicialmente conhecida como “Nova Triunfo” mas rebatizada de **Villa de São Jerônimo** – ganharia autonomia administrativa com a elevação a Vila no final do ano de 1860 e conheceria tempos mais prósperos devido às descobertas de jazidas carboníferas em seu território, nas proximidades do **Arroio dos Ratos**.

## II – Descoberta das jazidas e carvão e instalação da Mina

Entre 1808 e 1811 o fazendeiro Antonio Xavier de Azambuja teria remetido ao Rio de Janeiro uma amostragem de sacos de carvão de pedra encontrados em suas terras, no Curral-Alto, 5º distrito de São Jerônimo<sup>8</sup>. Entretanto, a primeira investigação efetiva por parte do Governo Provincial se deu sob a presidência do Conselheiro Saturnino de Souza e Oliveira, que encarregou o engenheiro Mabilde de visitar as minas do Curral-Alto. Na ocasião, o carvão foi julgado desinteressante para uso, após testes em um pequeno barco a vapor. Uma nova experiência foi tentada em 1846, já sob a presidência do Conde de Caxias, que enviou o engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates para estudar as jazidas carboníferas da Candiota, do Capelinha e do Curral Alto. Nesta tarefa, foi substituído nos

---

<sup>5</sup> Jornal O Constitucional: Jornal Politico e Litterario. Nº 214. 1830 p. 920. Acervo BN.

<sup>6</sup> ARAÚJO E SILVA, Domingos de. Dicionário Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865. p. 186.

<sup>7</sup> Jornal do Commercio (RJ) nº 516. 15 de Novembro de 1854. P. 48. Acervo BN.

<sup>8</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional. Ed. 55. Ano 1886. p. 205. Acervo BN.



anos seguintes pelo comendador José Maria Pereira de Campos e pelo **Engenheiro Felipe Norman**<sup>9</sup>.

Estudos mais aprofundados foram encomendados em 1848, ano em que o governo provincial mandou fazer explorações nas minas do Curral Alto, disponibilizando o auxílio de 12:000\$ para qualquer companhia que pretendesse empreender estas lavras. O mineiro Felipe Helm foi encarregado das primeiras escavações e sondagens, ocasião em que se extraíram algumas toneladas de carvão, utilizado em testagens em vapores públicos e também no Arsenal de Guerra<sup>10</sup>. Entre 1849 e 1851, o governo provincial encarregou o engenheiro Frederico Augusto de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral da exploração das minas do Curral Alto. A exploração carbonífera no Curral Alto não apresentou bons resultados e foi abandonada. Entretanto, em 1853 descobriu-se a bacia carbonífera do Herval, à partir dos afloramentos encontrados em diversos arroios. Próximo da chamada “Sanga das Minas” abriu-se três poços, encontrando-se uma camada de carvão considerado de boa qualidade.

Em 1854, sob a presidência de **João Lins Vieira Cansação de Sinimbu**, os trabalhos de exploração foram empreendidos pelo inglês **James Johnson**. Este reuniu um grupo de dez mineiros naturais de Gales, que já se encontravam nas proximidades, e empreendeu a extração de centenas de toneladas de carvão, transportadas com muitas dificuldades para São Jerônimo e Porto Alegre. Entre as dificuldades, o terreno montanhoso até o **Passo do Feliciano**, no **Arroio dos Ratos**, e a área pantanosa no restante do caminho até São Jerônimo.<sup>11</sup> Estas dificuldades não representavam apenas empecilhos físicos, mas de ordem econômica, pois encareciam o produto final.

Em 1855, iniciaram as primeiras sondagens no terreno onde se abriria o **primeiro poço da mina de carvão do Arroio dos Ratos**, na barranca de uma sanga. O inglês James Johnson teria mandado executar arranchamentos para abrigo dos trabalhadores, além do desvio de águas do arroio para evitar infiltrações nas minas. Para resolver o grave problema de transporte do carvão extraído destas minas primitivas, o governo do Estado enviou o polonês Floriano Zorowsky para estudar a possibilidade de navegação pelo leito do Arroio dos Ratos<sup>12</sup>, mas apesar das conclusões técnicas favoráveis, nenhuma obra foi realizada no local.

Em 1856, o presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho descrevia o núcleo construído próximo às minas de “**um pequeno arraial**”, que contava com uma “**boa estrada de carro**” até o “**ponto de embarque no rio**”. Na ocasião, o total de trabalhadores empregados no local era de 30 indivíduos, incluindo nestes os oficiais, mineiros, exploradores, serventes, capatazes e carreteiros<sup>13</sup>. A localidade foi assumindo,

---

<sup>9</sup> idem. p. 206. Acervo BN.

<sup>10</sup> ibidem. p. 206. Acervo BN.

<sup>11</sup> ibidem. p. 206. Acervo BN.

<sup>12</sup> Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul – João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de Outubro de 1854. Porto Alegre: Tipografia Mercantil da Rua da Praia, 1854. P. 43. Acervo BN.

<sup>13</sup> Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856. P. 87. Acervo BN.



aos poucos, a toponímia de “**Mina do Arroio dos Ratos**”, que gradualmente passaria ser utilizado para sua identificação.

No ano seguinte, o decreto nº 1993 de 1857 concedeu por cinco anos os direitos de exploração da mina de carvão de pedra do arroio dos Ratos, “e outras que os concessionários descobrirem no Município de Triunfo”, bem como de qualquer mina de carvão fóssil descoberta na Província. Os concessionários foram Barão de Mauá, o conselheiro Luiz Antonio Barbosa e o Comendador Luiz Alvez Leite de Oliveira Bello<sup>14</sup>. Até 1859, a companhia que havia obtido a concessão ainda não havia se organizado para lavrá-la, e todas as despesas seguiam correspondendo às expensas dos cofres provinciais<sup>15</sup>. Em Boletim do Expediente do Governo, emitido pelo Ministério do Império em 1860, frente às recorrentes despesas públicas com a Mina, recomendava-se ao presidente da Província que “não deve continuar a autorizar despesas com tal objeto, além das que forem estritamente indispensáveis”<sup>16</sup>. O mineiro James Johnson requeria maiores garantias públicas para proceder os trabalhos na mina, como o prazo de dois anos, e não sendo atendido, teria se retirado em 1862 para prestar o mesmo trabalho nas minas catarinenses<sup>17</sup>.

### III - The Imperial Brazilian Collieries Limited.

Novidades só surgiram em 1872, quando organizou-se uma companhia para exploração das minas – a **The Imperial Brazilian Collieries Limited**; ou Companhia Imperial Brasileira das Minas de Carvão Limitada. A companhia trouxe 53 trabalhadores para a Província <sup>18</sup> e também realizou uma alteração importante no transporte, ao construir uma **via férrea para desembarque do carvão diretamente às margens do rio Jacuí**, em trapiche construído inicialmente na Vila de São Jerônimo. Esta via foi inaugurada em 1873, com extensão de 18,7km, contando com locomotiva e 20 vagões com capacidade de carga de 4 toneladas cada. O ponto de embarque contava com trapiche e guindaste, com capacidade para suspender até 5 toneladas de peso <sup>19</sup>.

A localidade das Minas de Arroio dos Ratos não foi servida por estradas importantes nestas décadas iniciais, o que contribuía para certo isolamento do pequeno povoado, sempre vinculado à própria mina. O principal acesso se dava, como já visto, à partir da navegação do Rio Jacuí. A acenada navegabilidade do leito do Arroio dos Ratos nunca chegou a ser intentada, e a via férrea entre o rio Jacuí e a Mina passou a constituir no principal ponto de ligação das minas com o mundo exterior.

Em 1875, apesar das melhorias implementadas sob a direção do **Eng. William Tweedie** e da ampla aparelhagem de maquinários à vapor, o número de trabalhadores mantinha-se estável: 30 pessoas. Pela estabilidade no número de possíveis moradores

---

<sup>14</sup> Brasil. Ministério do Império : Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. P. 36. Acervo BN.

<sup>15</sup> Boletim do Expediente do Governo. Ministério do Império. Tomo 2. Rio de Janeiro: Setembro de 1859. p. 6 Acervo BN.

<sup>16</sup> Boletim do Expediente do Governo. Ministério do Império. Tomo 6. Rio de Janeiro: Janeiro de 1860. p. 7 Acervo BN.

<sup>17</sup> Relatório Apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul – Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha Na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial. p.82. Porto Alegre: Tipografia do Jornal A Ordem, 1862.

<sup>18</sup> Fala dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello em segunda sessão da 14ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1872. P. 48. Acervo BN.

<sup>19</sup> Relatório Presidente da Província Carvalho de Moraes. 07 Março 1874. P. 81. Acervo BN.



pode-se imaginar que o antigo Arraial não tenha evoluído de forma significativa ao longo destas três décadas. Também parece factível que neste período as moradias dos engenheiros e demais pessoas mais abastadas envolvidas neste sistema produtivo ainda eram construídas na Vila de São Jerônimo<sup>20</sup>, ou mesmo não residiam nas proximidades.

#### IV - Holtzweissig & Cia

Em 1878 foram declaradas nulas as concessões para lavrar carvão de pedra nos municípios de S. Jeronimo e Triunfo que então estavam sob posse da extinta “Companhia Imperial Brazilian Collieries Limited”. No mesmo dia, foi concedido privilégio por 30 anos para a companhia **Holtzweissig & Cia**<sup>21</sup>, constituída com capitais alemães. Em 1881, esta nova companhia participou da “Exposição Brasileira-Allema” em Porto Alegre, tendo como desafio superar as resistências do público quanto à qualidade do carvão nacional – alegava-se que os antigos proprietários “misturavam pedaços de ardósia com o carvão que vendiam, trazendo assim um grande descrédito a este produto brasileiro”<sup>22</sup>. Ainda em 1881, o carvão de Arroio dos Ratos foi utilizado pelos navios da armada brasileira. No ano seguinte, o carvão extraído pela companhia receberia diploma de distinção na Exposição Brasileira em Berlim<sup>23</sup>.

A Holtzweissig & Cia não notabilizou-se por grandes investimentos em Arroio dos Ratos, tendo investido em cinco sondagens em outros locais da bacia carbonífera com uso de instrumentos importados, além de outras explorações no município de Triunfo e no Vale do Café<sup>24</sup>. Em ofício remetido ao governo provincial em 1882, a empresa alegava que embora o carvão extraído estivesse melhorando de qualidade e gerando uma maior demanda, “infelizmente nos temos visto na impossibilidade de satisfazer prontamente, e nem o podemos fazer completamente, graças às modestas proporções a que somos obrigados a trabalhar”<sup>25</sup>. A empresa não dispunha de capital para ampliar a estrutura e tentava convencer o Governo a oferecer uma garantia de juros maior, sugerindo a formação de uma companhia com capital suficiente para exploração em grande escala. A companhia não obteve êxito em seus pedidos.

#### V – Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos

Em 1883 a operação seria adquirida por outra companhia, formada inteiramente por capitais nacionais, organizada pelo industrial, J. J. de Carvalho e o corretor J. J. de França Junior no Rio de Janeiro, sendo denominada **Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos**<sup>26</sup>. A nova companhia se caracterizaria por grandes

---

<sup>20</sup> Como possível verificar, entre outros, no relato de MULHALL, Michael G. Rio Grande do Sul and its German Colonies. Londres: Longman, Green & Co, 1873. p.80.

<sup>21</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a Administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva no dia 26 de janeiro de 1879. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1879. Acervo BN.

<sup>22</sup> O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). 1882. P. 186. Acervo BN.

<sup>23</sup> DAHNE, E.S. Eugenio. A Mineração de Carvão e as Concessões da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Glundach & Cia, 1893. Folha de rosto.

<sup>24</sup> O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). 1886. p. 209. Acervo BN.

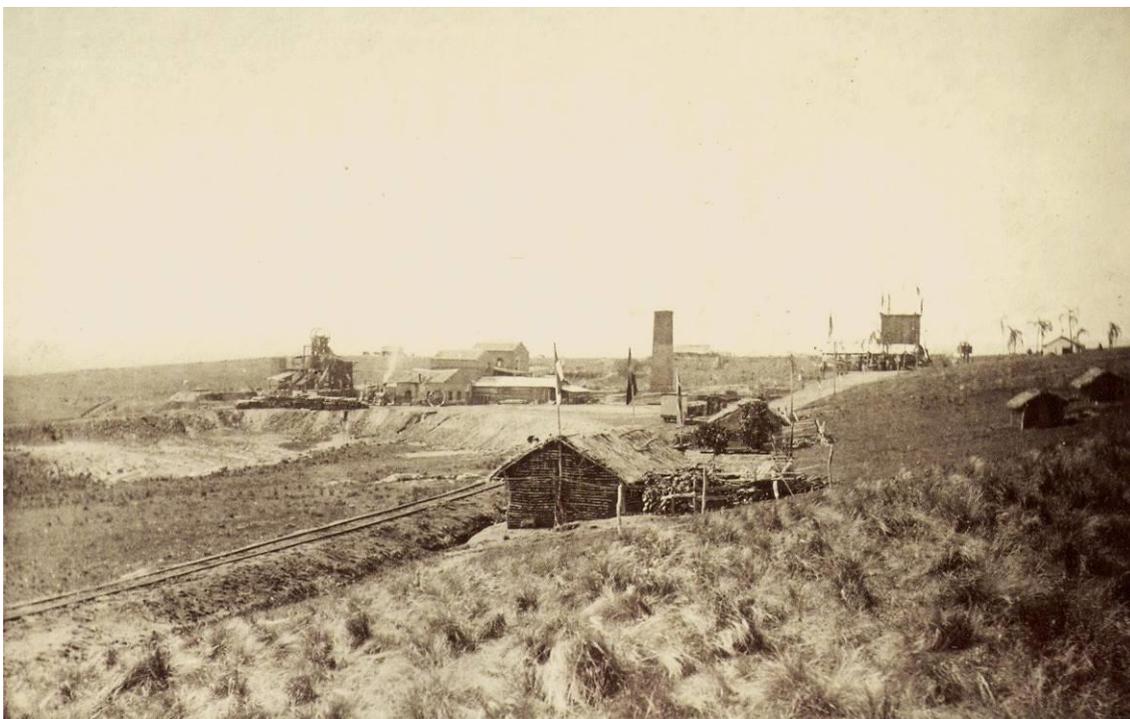
<sup>25</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos a 27 de fevereiro de 1882. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882. p. 17. Acervo BN.

<sup>26</sup> O Auxiliador da Industria Nacional Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (RJ). Vol. LV Ed. 55. 1886.p. 209. Acervo BN.



investimentos no local. Devido às dificuldades impostas para a navegação até São Jerônimo, uma vez que o leito do rio não permitia que navios de grande calado atingissem o porto, a empresa adquiriu uma área de terras e transferiu o porto terminal da estrada de ferro das minas para o local conhecido como **Charqueadas**<sup>27</sup>, onde também foi instalada uma **fábrica de briquettes**. Estas obras foram contratadas e executadas em 1885 pelo industrialista Belmiro Salgado, com pagamento realizado em debêntures da empresa.<sup>28</sup>

O carvão nacional abastecia as viações férreas que se implantavam no período, como a **New Hamburg and Porto Alegre Railway** e a **Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana** (E.F.P.A.U.)<sup>29</sup>. Prosseguia, por exemplo, por via fluvial em transporte contratado até o local conhecido como “porto de margem do Taquari”<sup>30</sup> ou “ligação”, onde ficavam as oficinas da empresa E.F.P.A.U. . O carvão também foi utilizado na dragagem do porto de Rio Grande, na linha fluvial Rio Grande-Pelotas, na iluminação pública de porto Alegre, nos vapores Arroio de Pelotas, Cervantes e Canova e em diversos estabelecimentos fabris (Rheingantz & C., Cordeiro & Wiener, G. G Elste, entre outras)<sup>31</sup>.



Minas de Arroio dos Ratos em 1885, com destaque para as precárias habitações de pau-a-pique cobertas com palha. Acervo digital de Alessandro Witkowski.

Entre 1884 e 1885, a então regente Princesa Isabel viajou pelo sul e sudeste do Brasil. Tendo visitado as estradas de ferro da Província, além de estabelecimentos agrícolas e industriais, esteve presente em janeiro de 1885 nas Minas de Arroio dos

<sup>27</sup> O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). Ed. 54. 1886. P. 178. Acervo BN.

<sup>28</sup> A Federação, 11 de Junho de 1885. p. 01. Acervo BN.

<sup>29</sup> Estações Ferroviárias do Brasil. GENERAL CÂMARA (antiga LIGAÇÃO e MARGEM DO TAQUARI) Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_uruguaiana/general.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/general.htm)

<sup>30</sup> A Federação 18 de Agosto de 1884 p. 2 Acervo BN.

<sup>31</sup> Revista de Engenharia. Rio de Janeiro, 1883. p. 260



Ratos<sup>32</sup>. Na ocasião, foi realizada a “benção do novo poço” (já aberto há alguns anos), batizando-o de “**Poço Isabel**”, o que demonstrou uma tentativa de articulação entre a empresa mineradora e os interesses do Império. Em 1886, as perspectivas sobre a extração de carvão mineral das minas de Arroio dos Ratos parecem ter começado a melhorar significativamente: “A experiência tem justificado as esperanças e calentos dos que acreditavam no melhoramento do mineral à medida que a extração fosse aprofundando”<sup>33</sup>.

O problema, entretanto, seguia sendo a concorrência com o carvão inglês. Em relatório do **Eng. Guilherme Ahrons**, responsável pelas minas, este afirma que “o carvão exportado da Inglaterra para o Brasil não paga direito algum, nem de importação no Brasil, nem de exportação na Inglaterra; ao passo que o combustível nacional exportado do Rio Grande do Sul para a capital do Império paga direito de exportação da província”. E concluía: “É a liberdade do comércio protegendo o produto estrangeiro em prejuízo do produto nacional!”<sup>34</sup>. A história da mineração carbonífera é também a história da política externa e industrial brasileira.

Nesta fase, o arraial começa a se expandir de forma mais significativa:

*Onde, antes da exploração da mina, era um campo deserto, hoje existe uma povoação de trabalhadores com suas famílias, com mais de 600 almas, **cerca de 120 casas, casinhas e ranchos, em grande parte pertencentes à companhia, com seis casas de comércio, que negociam não só com os mineiros, mas também com os vizinhos e o resto do município***<sup>35</sup>.

## VI - Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ

A Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos, entretanto, declararia falência em 1888. Bens correspondentes a 98% das ações foram adjudicados aos credores e o restante ao grupo societário original<sup>36</sup>. Seria então organizada uma nova companhia para proceder a exploração das minas: “**Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ**”, inaugurando com ela também um novo modelo de negócios, baseado nas grandes mudanças sócio-políticas que o País passaria no período (abolição da escravatura e proclamação da República). A abolição da escravatura despertou novo gás na política pública imigrantista, e com isso a CEFMSJ obteria

---

<sup>32</sup> Relatório apresentado a S. Exc. O Sr. Dr Miguel Rodrigues Barcellos 2º Vice Presidente da Província do Rio grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Julio Albuquerque Barros ao passar-lhe a presidência da mesma Província no dia 19 de Setembro de 1885. p. 4. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1886.

<sup>33</sup> O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). Ed. 54. 1886. P. 113. Acervo BN.

<sup>34</sup> O Auxiliador da Industria Nacional Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (RJ). Vol. LV Ed. 55. 1886. P: 146. Acervo BN.

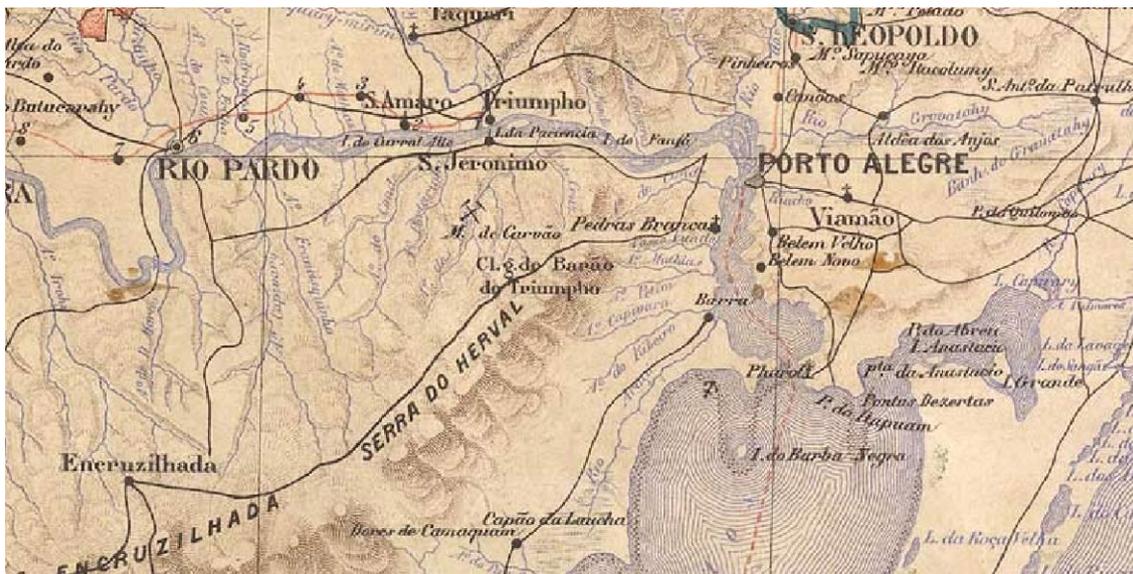
<sup>35</sup> Idem. p. 178.

<sup>36</sup> DAHNE, E.S. Eugenio. A Mineração de Carvão e as Concessões da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Glundach & Cia, 1893. p. 10.



vantagens econômicas ao atrair mão de obra imigrante para as terras concedidas<sup>37</sup>. O teor nacionalista da política republicana também seria vantajoso para o carvão nacional<sup>38</sup>.

Neste momento, a localidade verificou um ingresso significativo de **imigrantes estrangeiros**, entre eles espanhóis, poloneses, portugueses, russos, alemães, austríacos, húngaros, lituanos, tchecoslovacos, romenos, uruguaios, entre outros. Os trabalhadores brasileiros (muitos deles afro-descendentes) eram alojados nos primitivos ranchos de pau-a-pique cobertos por palha, telha de zinco ou capa-e-canal, e os mineiros estrangeiros eram geralmente alojados nas casas coletivas ou “repúblicas”, quando solteiros, ou em chalés de madeira ou ranchos quando casados<sup>39</sup>.



Carta Geográfica do Estado do Rio Grande do Sul. Jacques, João Candido, 1854. Acervo BN.

Acompanhando a evolução dos mapas históricos, é possível verificar que até 1846<sup>40</sup> não existiam grandes estradas consolidadas na margem sul do Rio Jacuí (lado em que se situavam as Minas). Já em mapa de 1891, uma **estrada** é representada partindo da barra do Rio Jacuí, cruzando o Arroio dos Ratos e passando por São Jerônimo. Outra estrada ligaria o mesmo ponto de partida com Encruzilhada, passando pela serra do Eral, passando nas proximidades da mina de Arroio dos Ratos na localidade da Colônia de Barão do Triunfo. No mesmo mapa, a localidade aparece assinalada com picaretas e a denominação “M. de Carvão”.

Neste período, sob a direção do **Eng. Eugênio Dahne**, foram abertos novos poços e também os bens imóveis da companhia sofreram ampliação e melhorias<sup>41</sup>. Um dos poços

<sup>37</sup> Idem, p. 11.

<sup>38</sup> Museu Estadual do Carvão. Histórico da Mineração. Disponível em: [museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html](http://museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html) Acesso em 15/02/2021.

<sup>39</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. Conflitos, solidariedade e formação de classe: “nacionais” e estrangeiros nos primórdios da mineração de carvão do Brasil (1850-1950). *Canoa do tempo*. [Manaus, AM]. Vol. 9, n. 1 (dez. 2017), p. 58..

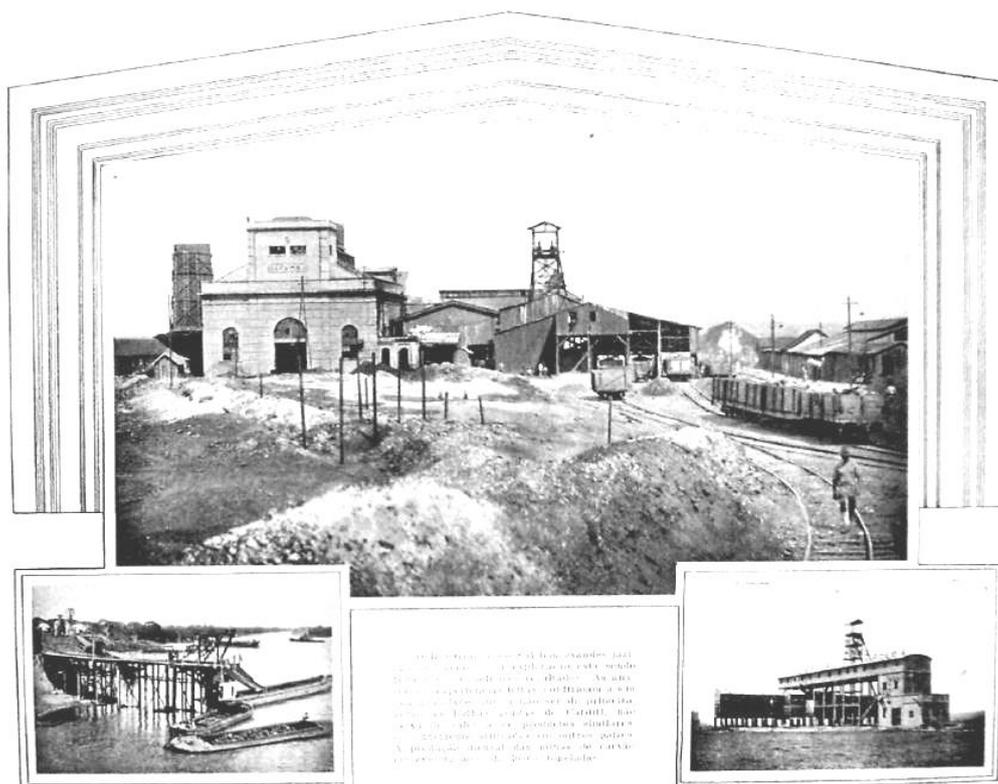
<sup>40</sup> Carta Topográfica da Província de São Pedro do Sul. João d Villiers de L'Ile Adam. Litografia Imperial, Rio de Janeiro, 1891. Acervo BN.

<sup>41</sup> DAHNE, E.S. Eugenio. A Mineração de Carvão e as Concessões da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Glundach & Cia, 1893. p. 12.



abertos em meados de 1893 foi o **Poço Fé**<sup>42</sup>, juntamente com um prolongamento da via férrea<sup>43</sup>. Sobre a povoação, foi neste período assim descrita:

*“A povoação da Mina conta mais de mil almas e consta de umas duzentas casas quase todas de pau-a-pique, cobertas de sapé, havendo entre elas algumas cobertas de telha e caiadas. Há uma aula pública. Um hotel, oito casas de negócios e uma fábrica de cerveja agora parada. [...] Entre aquelas casas há 50 ranchos, que a companhia aluga a seus mineiros e trabalhadores da mina a 5\$000 mensais.”*<sup>44</sup>



Álbum do Estado do Rio Grande do Sul organizado por W. Regius. Livraria do Globo, 1930. P. 110.

Outro fator de favorecimento do carvão nacional foi a interrupção na importação do carvão inglês em 1912, devido às paralizações grevistas ocorridas naquele País. O preço da tonelada teve uma alta considerável e a demanda passou a superar em muito a oferta que as minas nacionais eram capazes de oferecer. Em Arroio dos Ratos, providenciou-se a abertura de um novo poço. No período registrou-se inclusive encomendas nacionais e mesmo internacionais para exportações, mas nem todas puderam ser cumpridas<sup>45</sup>. À partir de 1917, o governo brasileiro concedeu benefícios à indústria de carvão. O

<sup>42</sup> Nas imediações do atual campo de futebol do Clube Guarani.

<sup>43</sup> DAHNE, E.S. Eugenio. A Mineração de Carvão e as Concessões da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Glundach & Cia, 1893. P. 19.

<sup>44</sup> Idem, p. 21.

<sup>45</sup> Gazeta de Notícias. Sábado 23 de Março de 1912. Rio de Janeiro. Acervo BN.



desenvolvimento de ferrovias, da industrialização e o crescimento urbano ajudaria na consolidação econômica da atividade<sup>46</sup>.

Parece datar desta década a consolidação da povoação na cota mais alta, próxima do Poço Isabel. No local foi instalada a **capela de Santa Bárbara**, e também as casas de moradia dos engenheiros e administradores da Mina, bem como do pároco local. O escritório geral e prédios de apoio ao terminal ferroviário completavam este novo núcleo, em suas cotas mais baixas. Em crescente expansão, tanto de comércio quanto de moradias, **as Minas de Arroio dos Ratos finalmente foram declaradas um distrito de São Jerônimo em 1921**<sup>47</sup>. Em 1935, as minas de Arroio dos Ratos eram consideradas “as minas de carvão brasileiro que se acham em maior atividade de exploração”, e registrava-se mais de mil mineiros de diversas nacionalidades. A empresa já contava com usina de “luz e força” com máquinas de 1800 cavalos<sup>48</sup>.

No âmbito das políticas nacionalizantes do governo Vargas, o Decreto 20.089 de junho de 1931 obrigou todo importador de minério de carvão a queimar 10% de produto nacional misturado proporcionalmente ao estrangeiro, percentual dobrado cinco anos depois. Esta década notabilizou-se pela implantação de maquinário moderno nas minas, respondendo ao aumento do consumo interno, já que algumas atividades do Brasil estavam adaptadas ao carvão nacional. A “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” sofreu uma fusão, no início de 1936, com a “Companhia Carbonífera Rio-Grandense”, firmando-se um consórcio de empresas sob o nome “**Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM**”. O consórcio era composto pelos sócios Paes Leme e Otávio Reis (advindos da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo); Roberto Cardoso e o Grupo Martineli (advindos da Companhia Carbonífera Rio-Grandense). A direção do Consórcio coube ao Dr. Roberto Cardoso<sup>49</sup>, que se notabilizou pela postura paternalista em relação à população local.

No mesmo ano de 1936, em outubro, uma enchente de grandes proporções inundou o Poço I. A retomada em grande escala da extração nas minas de Arroio dos Ratos só ocorreria na década de 1940<sup>50</sup>. Em 1938, o nome da localidade deixa de ostentar o prefixo “Minas”<sup>51</sup>, ficando o distrito conhecido apenas como **Arroio dos Ratos**.

## VII – CADEM - Consórcio Administrador de Empresas de Mineração

A constituição do CADEM coincidiu de certa forma com a implantação do projeto político conhecido como Estado Novo no plano nacional. Em sintonia com o projeto nacional, a mineração viveu um período de grande expansão e estabilidade, celebrando uma parceria entre Governo Federal e CADEM. Esta parceria se deu, frequentemente, com

---

<sup>46</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. “Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930”. (Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014).

<sup>47</sup> A Federação 06 de maio de 1921 n 103 p. 01. Acervo BN.

<sup>48</sup> Diário Carioca 12 abril 1935 p. 10. Acervo BN.

<sup>49</sup> Museu Estadual do Carvão. Histórico da Mineração. Disponível em: [museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html](http://museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html) Acesso em 15/02/2021.

<sup>50</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. “Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930”. (Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014). P. 203.

<sup>51</sup> Histórico do IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/arroidosratos.pdf>.



a construção de equipamentos públicos de assistência social por parte do CADEM, que eventualmente eram cedidos ao Governo do Estado ou Federal (para funcionamento de escolas primárias, ambulatórios, hospital, cooperativas, cinema, igrejas, etc). Esta postura despertava críticas dos envolvidos nas lutas classistas operárias, que acusavam: “O CADEM impera onipotente. Na superfície, como no subsolo tudo lhe pertence. As casas, a terra, a água, os armazéns, a luz”<sup>52</sup>.

A concentração das residências dos mineiros junto aos poços, nas moradias conhecidas localmente como “repúblicas”, acabou facilitando a coesão dos operários nas mobilizações sindicais<sup>53</sup>. Todo o complexo mina-com-vila-operária representava uma sociedade extrativista, cujas “estruturas de moradias, possibilidades restritas e controladas de consumo, atendimento médico, educação, igreja, clubes de lazer e desporto, etc, que normalmente é de propriedade ou é cedido (mas sempre controlado) pela Companhia mineradora”<sup>54</sup>. A Companhia se considerava “Mãe Brasileira” dos mineiros e suas famílias, reproduzindo em escala local o discurso varguista<sup>55</sup>; refletindo na criação de infra-estrutura de bem estar e controle, que incluía hospital, cinema, cemitério, mercado e delegacia de polícia<sup>56</sup>.



Escola Profissionalizante Eng. Luiz Betim Paes Leme. Fonte: Golasz, 2013.

A construção da Escola de Aprendizagem Industrial em parceria com o SENAI demonstra a consolidação do modelo de política pública aliada com a gestão privada da

---

<sup>52</sup> Voz Operária. Ano 1953, ed. 216. P.11. Rio de Janeiro. Acervo BN.

<sup>53</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Imagens do Ofício: Representações Fotográficas das Minas de Varvão Gaúchas e de Seus Trabalhadores*. in DROPPA et al. *História do Trabalho Revisitada: Ofícios, Justiça, Acervos*. Jundiá: Paco Editorial, 2019. Cap. 8, s/p.

<sup>54</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. “Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930”. (Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014). P. 25.

<sup>55</sup> Idem. P. 57.

<sup>56</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Conflitos, solidariedade e formação de classe: "nacionais" e estrangeiros nos primórdios da mineração de carvão do Brasil (1850-1950)*. *Canoa do tempo*. [Manaus, AM]. Vol. 9, n. 1 (dez. 2017), p. 61.



extração carbonífera no local. Basicamente tudo era centralizado pelo CADEM, e o Governo Federal entrava com as políticas públicas de assistência. Na ocasião, foram formulados cursos especiais para aprendizagem nas empresas de mineração. Em conjunto com a Escola instalada em Butiá, teriam sido os primeiros cursos do gênero na América do Sul. A construção coube à Woebkhe & Cia.<sup>57</sup>

Em 1943, a **Vila de Arroio dos Ratos** era assim descrita:

*“Tem cerca de 1.500 casas e conta com uma população de 6.600 almas, sendo que 2.500 são operários, auxiliares, erventuários, empregados das minas do CADEM. Os grandes armazéns, as cooperativas, o ambulatório, o Grupo Escolar “Castro Alves”, os bares, farmácias, duas igrejas católicas, clubs recreativos e esportivos, sindicato dos mineiros, tudo evidencia o grande desenvolvimento que já atingiu a Vila, bem como prognostica o futuro dessa localidade.”<sup>58</sup>*

A Mina do Arroio dos Ratos foi declarada exaurida em meados de 1955, e a atividade da mineração rapidamente deslocou-se para outros pontos da região. Em 1964, dizia-se de Arroio dos Ratos que “a mina regrediu, o que fez com que a população abandonasse a localidade. **Hoje é uma pequena cidade morta**”<sup>59</sup>. Em 1961, a prefeitura de São Jerônimo encampou as instalações de luz, água e telefone do CADEM, em contrapartida à impostos territoriais e prediais devidos<sup>60</sup>. Estes serviços essenciais ainda estavam, até o ano anterior, de posse da companhia, apesar desta já não operar no local. Com a aquisição, no ano seguinte (1962), a Prefeitura Municipal inaugurou a primeira instalação de iluminação pública nas principais vias da urbe<sup>61</sup>.

### VIII - Emancipação

Notícia de 1964 dava conta dos movimentos emancipacionistas, atribuindo a liderança ao vigário da comunidade, Lothari Sulzbach. O distrito era, entretanto, tido como deficitário.<sup>62</sup> A comissão emancipacionista foi composta pelo Padre Lothar Sulzbach (Presidente), Caetano Dalbem (Vice), João Marachi (Secretário), Oscar Barros (tesoureiro) e Donato Garcia <sup>63</sup>. A emancipação foi aprovada pela Assembleia Legislativa e decretada em dezembro do mesmo ano pelo Governador.

À partir de 1965, a gestão de tudo que constituía o CADEM havia passado a ser gerido pela COPELMI - Companhia de Pesquisas e Lavras Mineraias<sup>64</sup>. No mesmo ano, a cidade de Arroio dos Ratos era assim descrita pelo padre Lothar Sulzbach, líder emancipacionista; que pretendia demonstrar na mídia estadual a importância do novo Município:

---

<sup>57</sup> Jornal A Noite. 24 de outubro de 1943. P. 07. Acervo BN.

<sup>58</sup> Jornal A Noite. 24 de outubro de 1943. P. 07. Acervo BN.

<sup>59</sup> Jornal O Diário de Notícias, 05 de janeiro de 1964. Acervo BN.

<sup>60</sup> Diário de Notícias. 03 de Março de 1961. P. 03. Acervo BN.

<sup>61</sup> Diário de Notícias, 11 de Janeiro de 1962. p. 10. Acervo BN.

<sup>62</sup> Diário de Notícias, 05 de fevereiro de 1954. P. 11. Acervo BN.

<sup>63</sup> Jornal do Dia. 24 de Dezembro de 1964. p. 8. Acervo BN.

<sup>64</sup> Arquivo Histórico da Mineração Carbonífera: Guia de Fundos Documentais Pós-CADEM (1936-1996) . p. 04.



*[...] conta com 2 grandes Engenhos de arroz [...] duas grandes olarias as quais fabricam 300.000 tijolos e telhas mensalmente; nove grandes firmas comerciais, com atacado e varejo e comércio em geral, além e mais de oito casas comerciais pequenas; quatro lojas de fazendas e calçados; dez bares e restaurantes, seis barbearias; uma padaria com torrefação de café; sete açougues; dois postos de gasolina; três oficinas mecânicas; duas oficinas de rádio e televisão; um grande matadouro [...]; um cinema com nada menos de 700 cadeiras, mais de 127 veículos motorizados.[...] É prendado com um grandioso Hospital dirigido pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria [...] tendo capacidade para 120 leitos [...] dispõe de um Posto de Sapude e outro da SAMDU. E existem também duas farmácias particulares. [...] Conta com um Ginásio gratuito [...] com dois grupos escolares, três escolas municipais e uma escola paroquial, fora as escolas adjacentes, ministrando-se o ensino primário a mais de 1.200 alunos.[...] possui duas igrejas católicas distantes uma da outra em dois quilômetros.[...] Existem também duas casas de culto, uma da Assembleia de Deus e a outra do credo Metodista.[...] Isso é a cidade de Arroio dos Ratos. Ela foi há pouco qualificada de “cidade fantasma”. Este qualificativo é totalmente errôneo e injusto [...] tem tudo o que tem uma cidade. É uma cidade cheia de vida e não uma cidade “morta” [...]*<sup>65</sup>

Em 1966, descreve-se a cidade com 1.360 casas e mais de 10 mil habitantes.<sup>66</sup> Apesar da emancipação, a nova municipalidade de Arroio dos Ratos logo daria-se conta de que “Tudo, porém, cidade e terras”, pertencia à CADEM, que há mais de dez anos já havia abandonado a exploração de carvão na localidade. A Prefeitura não possuía nenhum espaço público para instalar seus serviços, e mais do que isso, dizia-se que “ninguém em Arroio dos Ratos é dono de uma mínima fração de terra. Tudo pertence ao CADEM, inclusive os edifícios públicos [...] Até as igrejas estão erguidas em térreos do CADEM.”<sup>67</sup>

Este quadro se reverteria muito lentamente, com a aquisição dos imóveis por parte das famílias de ex-mineiros, e as graduais “doações” efetivadas em contrapartida à falta de pagamento de impostos territoriais devidos ao Município. Em 1967, por exemplo, foi efetuada a doação e terreno para o grupo escolar e para a Igreja Assembleia de Deus.<sup>68</sup> Em 1968, doação de áreas de 14.178m<sup>2</sup> à municipalidade para instalação de um cemitério, à Igreja Metodista e à CEEE para subestação <sup>69</sup>. Apenas entre 1970-1971 foram doados os lotes pertencentes a entes sociais e esportivas<sup>70 71</sup>e para a Obra Social Santa Barbara<sup>72</sup>.

Apesar do abandono da atividade da mineração na localidade, a construção da identidade municipal foi constantemente apoiada no passado de extração do carvão

---

<sup>65</sup> Jornal do Dia. 28.08.1965. p. 06. Acervo BN.

<sup>66</sup> Jornal do Dia. 09.02.1966. p. 06. Acervo BN,

<sup>67</sup> Jornal do Dia, 16.02.1966. p. 06. Acervo BN.

<sup>68</sup> Jornal do Comércio 24 de novembro de 1967 p. 14 Acervo BN.

<sup>69</sup> Jornal do Comércio 25 de abril de 1968 p. 15; 16 de julho de 1968, p. 17. Acervo BN.

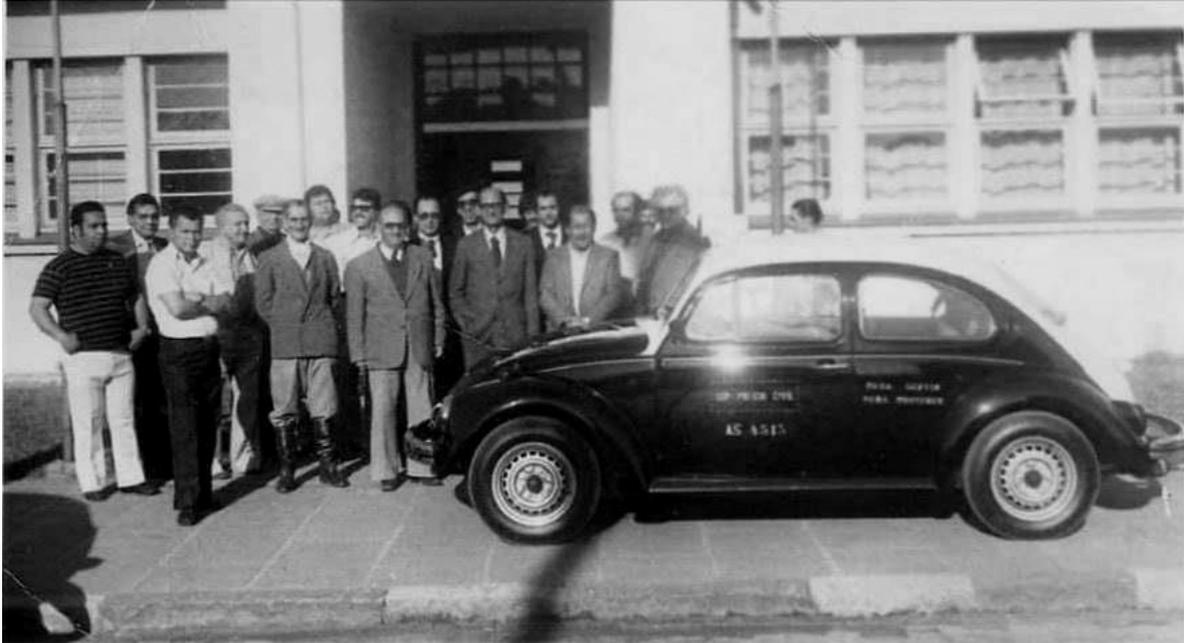
<sup>70</sup> Jornal do Comercio 04 de Julho de 1970 Segundo Caderno p. 5. Acervo BN.

<sup>71</sup> Jornal do Comercio 05 março 1971 p. 13. Acervo BN.

<sup>72</sup> Jornal do Comercio 01 dezembro 1970. Acervo BN.



mineral. Em 1965, por exemplo, por iniciativa do legislativo municipal, inaugurou-se um Monumento ao Mineiro, fundido em bronze<sup>73</sup>. Observou-se certa tentativa de reorientação da economia local para a produção agrícola, com a constituição do Sindicato Rural de Arroio dos Ratos e a realização das Festas da Melancia.



Entrega de Viatura na Pref. Municipal (atr. déc. 1980). Fonte: FB Memórias de Arroio dos Ratos.

---

<sup>73</sup> Jornal do Brasil, 20-10.1965. p. 10 Acervo BN.



## 4. Arroio dos Ratos: Períodos Históricos, Tipologias Arquitetônicas e Urbanísticas e Patrimonialização

Abordaremos neste capítulo, a trajetória sócio-cultural e histórica de Arroio dos Ratos e a influência de cada período na produção arquitetônica e urbanística. Delimitar-se-á, também, as tipologias arquitetônicas praticadas em cada período. Este capítulo é resultado de interpretações analíticas, subsidiadas pelas informações levantadas nas pesquisas bibliográficas, documentais e levantamentos de campo. O objetivo específico, aqui, é entender os valores culturais representativos de cada tipologia arquitetônica, a partir do entendimento da produção de cada período que foi possível levantar. Por este motivo, são considerados inclusive os exemplares já demolidos. Quando houver, lista-se por fim as edificações e demais bens inventariados relativos a cada período.

### 4.1 – Primórdios da Mineração (1855-1888)

Consideramos “primórdios” o longo período em que a mineração em Arroio dos Ratos foi bastante restrita em qualidade e quantidade, mobilizando poucos mineiros e centralizando poucos investimentos públicos ou privados. Neste contexto, é possível afirmar que os primeiros assentamentos e construções observados nas imediações das minas de Arroio dos Ratos foram bastante precários e provisórios<sup>74</sup>. No âmbito deste inventário não foi possível encontrar remanescentes construídos que fossem datados deste período, o que é facilmente justificável pela pouca durabilidade das técnicas construtivas e materiais possivelmente empregados.



Habitações de pau-a-pique com cobertura de palha, que perduraram como padrão ao longo das décadas.  
Fonte: FB Memórias de Arroio dos Ratos.

---

<sup>74</sup> Considerando que habitações operárias bastante precárias e edificações provisórias de madeira ainda eram observadas em meados da década de 1930, numa fase de impulsionamento da extração carbonífera, é possível auferir que neste período inicial esta tenha sido a prática corrente.



Entretanto, é neste período que ocorrerão algumas definições importantes para o agenciamento da ocupação do espaço. A localização do primeiro poço nas proximidades do arroio dos Ratos, por exemplo, consolidou um pequeno arraial/povoação nas suas proximidades, em cotas um pouco mais altas. Este local evoluiria ao longo dos tempos até tornar-se a porção central da atual cidade. Da mesma forma, assinalaria as proximidades do ponto de ocupação da usina de força, laboratórios e parte importante do complexo de extração carbonífera, que posteriormente viria a constituir o Museu Estadual do Carvão. A representatividade deste período, como visto, se deve mais a consagração dos usos e sua vinculação à algumas memórias do que a remanescentes tangíveis.

No campo do patrimônio ambiental, uma travessia que compunha importante itinerário histórico neste período – o Passo do Feliciano, ou **Passo da Barca** – se mantém no imaginário até os dias atuais com sua reapropriação enquanto balneário municipal. A reminiscência da toponímia de “Passo” – local onde era possível atravessar o rio a cavalo ou conduzindo tropas - confirma a importância do lugar e sua representatividade deste período.

#### 4.1.1. – Bens Inventariados deste Período

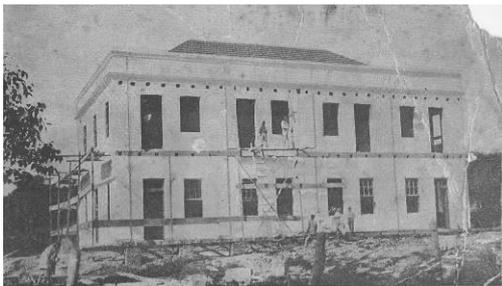


0039 - Balneário Municipal Passo da Barca (Passo do Feliciano)



#### 4.2 – Final do Século XIX (1878-1900)

Esta fase é marcada pelo curto período de concessão à Holtzweissig & Cia, seguido pela constituição da Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos e a transferência para a **Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – CEFMSJ**. Nesta fase, verifica-se um crescimento significativo na povoação e também na qualidade das construções. Embora ainda se observe a produção de novas edificações temporárias ou permanentes de madeira e a continuidade da utilização de habitações de pau-a-pique, estas passam a conviver com as primeiras construções de alvenaria. Alguns exemplares de expressiva qualidade arquitetônica foram concebidos neste período.



Prédio de escritório em construção – 1893  
(Posteriormente seria ampliado e sediaria o Hospital Sarmiento Leite). Fonte: Acervo Digital Alessandro Witkowski.



Construção do poço da Fé (atual campo do Guarani).  
Fonte: Acervo Digital Alessandro Witkowski.

##### 4.2.1. – Bens Inventariados deste Período

As mais antigas edificações históricas que encontraremos na área urbana de Arroio dos Ratos remetem a este período. Em comum, todas apresentam o emprego da alvenaria de tijolos maciços, paredes autoportantes e coberturas de telha Marselha/francesa ou capa-e-canal. Outro elemento recorrente é o avarandado com pilaretes de madeira, originalmente existente no antigo Escritório, no Grupo Escolar João Pessoa e em tantas outras edificações de madeira. Este elemento ainda encontra-se preservado na República Vermelha.



Duas construções em especial representam a fase inicial da consolidação da CMCPAR, sendo possível data-las de meados da construção do Poço Fé (1893). A primeira corresponde a uma antiga Hospedaria, instalada nas imediações do ponto final da extensão da linha férrea construída no mesmo período. A segunda, de prédio de apoio para a atividade mineradora, não tendo sido possível auferir seu uso inicial (posteriormente, seria adotada para fins sociais e esportivos, mas o aspecto de arquitetura industrial parece sugerir algum uso vinculado à atividade da mineração). As duas construções citadas são



bastante diferentes em termos de tipologia mas assemelham-se em técnica construtiva. Ambas são frutos da disponibilidade de materiais de construção de boa qualidade, com emprego dos arcos plenos em alvenaria de tijolos maciços também observados em outras edificações de apoio à mineração do período, encontradas nos registros fotográficos mas que não foram preservadas.



0026 - Antiga Hospedaria.



0028 - Esporte Clube Guaraní.

### 4.3 - Início do Séc. XX (1900-1940)

Ao longo das décadas seguintes, seria possível observar um aporte mais significativo da arquitetura erudita no local, sob a influência do ecletismo arquitetônico. Este período é caracterizado pela consolidação da atividade mineradora, com gradual convergência política no plano nacional. As tipologias e usos dos imóveis inventariados deste período apontam para uma maior consolidação dos núcleos urbanos, apontando para a consolidação definitiva da povoação e a qualificação de espaços construídos para usos sociais, religiosos e industriais.

#### 4.3.1. - Bens Inventariados deste Período

A discreta influência mourisca empregada na fachada do Clube Última Hora, o sóbrio neogótico das igrejas de Santa Bárbara e São José, que remetem muito a arquitetura de vilas industriais, e todo o complexo construído no entorno da Usina, e que viria a constituir o Museu Estadual do Carvão.



0013 - Clube Última Hora



0015 - Igreja São José



0030 - Igreja Santa Bárbara



0034 - Complexo Museu do Carvão



Na arquitetura residencial, é possível destacar três residências construídas para uso dos trabalhadores de nível avançado da povoação – engenheiros e médico. As três residências apresentam coberturas bastante tradicionais em telha Marselha/francesa, com tacaniça-recortada (*krüppelwalmdach*) que remetem a arquitetura tradicional alemã. Entretanto, este aspecto tradicional é quebrado por sugestivas varandas que, no caso das habitações dos engenheiros, absorvem tendências *art-déco* com formas modernas e arredondadas. Estas habitações, portanto, elucidam um importante momento da modernização da arquitetura brasileira, em que modernidade e tradição eram amalgamadas num complexo esquema compositivo.



0004 - Casa de Carlos Alfredo Simch (Casa do Médico)

0022 - Residência do Engenheiro Antônio Knuth

0021 - Residência do Engenheiro Silval Cirio

#### 4.4 – Estado Novo/CADEM (1940-1964)

Ao coincidir de certa forma com a implantação do regime político conhecido como Estado Novo, a constituição do CADEM marcaria um período de grande expansão e estabilidade da atividade mineradora. Não por acaso, datam deste período a maior parte dos imóveis inventariados que remanescem na área urbana de Arroio dos Ratos.



Antigo Cinema, já demolido, foi uma das construções mais representativas da modernização estilística e tipológica da arquitetura local. Fonte: Acervo Digital Alessandro Witkowski.

##### 4.4.1. – Bens Inventariados deste Período

O antigo escritório da companhia mineradora foi gradualmente reformado e ampliado para abrigar um importante equipamento de assistência aos trabalhadores – o Hospital Sarmiento Leite. A reforma do bloco inicial e a construção de dois novos blocos foi completada com a construção de outra edificação, uma unidade de isolamento. Todas estas demonstravam uma arquitetura modernizante com influência do monumentalismo.



0023 - Hospital Sarmento Leite



0024 - Anexo Hospital

Outras edificações do período se filiam a outras linhas de modernização da arquitetura. Neste período, os subúrbios norte-americanos se valorizavam, sendo momento de consolidação do “*american way of life*”. Através da sua influência cultural no cinema, televisão e publicações, os Estados Unidos firmavam-se como mais poderosa nação a nível mundial, fazendo frente ao anterior eurocentrismo dominante. Neste sentido, difundiram-se pelo mundo os bairros *cidade-jardim* com residências inspiradas nos *bungalows* utilizando os mais diversos estilos revivals.

A postura formal destas edificações pode ser considerada eclética, mas não se deve confundir com o ecletismo do período anterior: o regramento clássico e de proporções típicos da arquitetura erudita *Beaux Arts* não é seguido, sendo o uso de formas históricas bastante livre. Dentre os estilos presentes em Arroio dos Ratos, pode-se destacar o Missions Revival Style (“estilo missões”) que, a nível local, ficou conhecido como “mexicano”. Estes receberam influência direta dos exemplares construídos em Porto Alegre – indiretamente influenciados, pela arquitetura uruguaia praticada nos balneários, frequentados por parte da elite gaúcha.

A influência dos bungalows californianos, representativos do *american way of life*, curiosamente tiveram maior influência na arquitetura civil pública e institucional do que na residencial de Arroio dos Ratos. Destacam-se a construção de um pórtico neo-colonial espanhol no prédio do Antigo Grupo Escolar João Pessoa – que passaria a sediar a Brigada Militar – e a construção da Escola das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. A limitada influência deste estilo em uma localidade de forte imigração espanhola talvez se deva à súbita interrupção da atividade de mineração quando do auge da popularidade destas construções.

0002 - Grupo Escolar João Pessoa (atual SMEC)\*  
\*pórtico

0019 - Escola Paroquial Santa Bárbara - Imaculado Coração de Maria

A arquitetura em estilo **Art Déco** foi aqui mais significativa em Arroio dos Ratos em sua variante mais estilística, que preocupa-se com a decoração geometrizar; e menos significativa na vertente tectônica, provocadora de esquemas compositivos com volumetrias mais ousadas e *modernas*, proporcionadas pelo concreto armado. Esta



variante mais “festiva” do Art Déco, não por acaso, será adotada em edificações de cunho social, como o Grêmio Esportivo Estrela e a sociedade União da Várzea.



0016 - Grêmio Esportivo Estrela



0032 - Sociedade União da Várzea (“Sai da Frente”)

Outra vertente do **Art Déco**, mais sóbria e orientada para o protomodernismo, seria adotada nas edificações públicas voltadas ao ensino construídas neste período. A arquitetura do Colégio Cenecista Santa Bárbara, da Antiga Escola Técnica e do Instituto Estadual Couto de Magalhães são representativas não apenas deste estilo arquitetônico, mas da maior prioridade dada às políticas de educação neste período histórico.



0011 - Colégio Cenecista Santa Bárbara



0003 - Antiga Escola Técnica SENAI (Pref. Municipal)



0014 - Instituto Estadual Couto de Magalhães

Uma vertente mais pragmática da modernização seria observada na maior parte das edificações deste período. A adoção de volumetrias tradicionais despojadas de elementos decorativos ou de preocupações com esquemas compositivos são características das edificações do Antigo Clube Farroupilha e da Sociedade Tesouras, e também aparecem em construções como a do antigo Sindicato dos Mineiros e da Caixa Mineradora, sendo as segundas originalmente dotadas de alguma modenatura nas fachadas, sem vínculo com os esquemas compositivos *Beaux-Arts*.



0029 - Antigo Clube Farroupilha - Defesa Civil Arroio dos Ratos



0007 - Sindicato dos mineiros (atual ESF 1)



0010 - Sociedade Tesouras



0025 - Antiga Caixa de Mineração IAP (Brigada Militar)

No final do período, são constituídos os CTGs – Centros de Tradições Gaúchas da localidade. Ao contrário das disposições que posteriormente o movimento tradicionalista



assumiria, no sentido de aproximar as edificações da arquitetura dos galpões rurais, as edificações erguidas nesta época também seguiam a linha de modernização pragmática observada nas edificações anteriormente citadas.



0008 - CTG David  
Canabarro



0012 - CTG Tropicilha  
Crioula

#### 4.5 – Emancipação (1964-atualidade)

Com o sucesso do movimento emancipacionista, as instituições oficiais do novo Município de Arroio dos Ratos viram-se obrigadas a constituir espaços públicos, uma vez que toda a área originalmente era constituída de bens privados. A construção de espaços cívicos se deu com a instituição de praças e parques, como a Praça Naro Pereira, Praça Leopoldo Tricot e Parque Municipal. Também a constituição de espaços cívicos como o Largo do Mineiro, e o respectivo Monumento do Mineiro, representam este período.

##### 4.5.1. – Bens Inventariados deste Período



0001 - Monumento ao  
Mineiro



0006 - Praça Leopoldo  
Tricot



0009 - Praça Naro  
Pereira



0036 - Parque  
Municipal Lago Hélio  
Menezes Chagastelles



## 5. Fichas Individuais

### 5.1 Ficha Completa

O modelo de ficha completa empregado foi adaptado em relação ao Sistema de Rastreamento Cultural sugerido pelo IPHAE/RS, sendo portanto identificado como um sistema de inventariação em nível municipal. Conforme o escopo inicial deste trabalho no âmbito do projeto cultural que o provocou, foram selecionados 10 (dez) bens para preenchimento da ficha completa.

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO - ARROIO DOS RATOS	
FICHA Nº 0002	
<b>ANTIGO GRUPO ESCOLAR JOÃO PESSOA</b>	
NÚCLEO CENTRO	
Endereço/Localização: Largo do Mineiro, 272.	
Latitude: 30° 5' 24,00" S Longitude: 51° 43' 39,00" O Erro Horizontal: 5 metros	
Proprietário: Município de Arroio dos Ratos	
<b>Valores atribuídos</b> Instância Cultural: Histórico (evocativo), Antiguidade, Afetivo, Referência Historiográfica. Instância Morfológica: Arquitetônica, Raridade na técnica construtiva, Integridade formal. Instância Paisagística: Valor de contexto urbano, Estruturação da paisagem. Instância Funcional: Compatibilização com a estrutura urbana, Potencial de Reutilização.	
<b>Tutela:</b> Proteção Existente: Tombamento Municipal. Proteção Proposta: Tombamento Municipal.	
	
<b>Histórico:</b> O prédio teria sido construído em 1930, para abrigar o Grupo Escolar João Pessoa. Este grupo escolar deixaria o prédio após a construção de sua nova sede em 1943, vindo a constituir o Instituto Estadual Centro de Magalhães. O prédio passava então a abrigar a Delegacia de Polícia Civil e a sede da Brigada Militar. Neste período, recebeu uma intervenção na fachada, que acrescentou um pórtico (desconhecido atualmente). A edificação foi tombada enquanto patrimônio cultural do Município em 1989. À partir de 1996, passou a abrigar a sede da SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e equipamentos como a Biblioteca Municipal.	
<b>Fontes:</b> Instituto Estadual Centro de Magalhães - 70 anos de história. <a href="http://www.institutoestadualcentrode-magalhaes.com.br">http://www.institutoestadualcentrode-magalhaes.com.br</a> Jornal do Rio, 14 de 1960, 09/08/1960, Acesso: 06. Lei municipal n. 650/1989.	
<b>Fotografias Históricas:</b>	
 <p>Visual de edificação na década de 1930. Fonte: Arquivo do Museu Estadual do Ceará.</p>	 <p>Em imagem da década de 1930. Fonte: Arquivo do Museu Estadual do Ceará.</p>
 <p>Turma de alunos no Grupo Escolar, possivelmente na década de 1930. Fonte: Grupo Amigo dos Ratos Online, Hoje e Sempre.</p>	 <p>Procedido, em que se verifica o prédio no lado à direita. Fonte: Arquivo do Museu Estadual do Ceará.</p>

#### Cabeçalho de Identificação

Denominação, localização, propriedade.

#### Atribuição de valores

Indica quais valores são atribuídos ao bem, justificando sua identificação enquanto patrimônio cultural; conforme a tabela deste presente relatório.

#### Tutela

Identifica quais políticas de preservação incidem e quais propõe-se que venham a ser implementadas.

#### Foto de identificação

Fotografia principal para identificação do bem cultural.

#### Histórico

Breve histórico do bem, com elucidação das fontes consultadas<sup>75</sup>.

#### Fotografias Históricas

Nesta seção, é reproduzida a iconografia encontrada em pesquisa, elucidando quando possível a evolução do bem e sua estratificação ao longo do tempo.

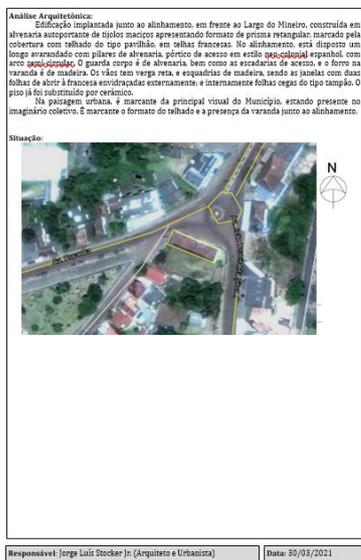
<sup>75</sup> A indisponibilidade da pesquisa em acervos documentais, bem como de realização de entrevistas orais com moradores, devido a vigência das medidas de distanciamento social da pandemia do SARS-COVID-19 prejudicou a profundidade das pesquisas; que foram procedidas com as fontes disponíveis. Entretanto, os dados levantados permitem perfeitamente auferir os valores históricos quando atribuídos.



## Registro fotográfico

Nesta seção, são dispostas as fotografias produzidas para este inventário, buscando identificar e elucidar características e elementos importantes que condicionaram a escolha da edificação<sup>76</sup>.

Os ângulos e/ou elementos são descritos em legenda.



## Análise Arquitetônica

Breve descrição técnica das características arquitetônicas e/urbanísticas das edificações inventariadas; reforçando elementos de interesse para preservação.

## Situação

À partir de imagem de satélite do sistema Google Maps, busca-se identificar o bem e sua inserção no entorno.

<sup>76</sup> A impossibilidade da visita interna em alguns imóveis devido às restrições de distanciamento social impostas pela pandemia do SARS-COVID-19 prejudicou a integralidade do registro fotográfico de alguns bens, no que se tentou compensar com fotografias de arquivo indicadas em cada ficha.



### 5.1 Ficha Resumida

Apesar de não estarem previstas no escopo original da proposta deste inventário, decidiu-se pela formatação e preenchimento de fichas-resumo para todos os demais bens arrolados como de interesse cultural, para fins de identificação das motivações e consolidação de sua condição de bens efetivamente inventariados. A ficha resumida contempla os seguintes campos:

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO - ARROIO DOS RATOS	
FICHA Nº 0004	
CASA DE CARLOS ALFREDO SIMCH (CASA DO MÉDICO)	
NÚCLEO CENTRO	
 <small>Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos Secretaria Municipal de Educação e Cultura</small>	
Endereço/Localização: Rua Marçal Miranda, 158.	
Latitude: 30° 5' 18.14" S      Longitude: 51° 43' 37.45" O      Erro Horizontal: 5 metros	
Proprietário:	
<b>Valores atribuídos</b> Instância Cultural: Histórico (evocativo). Antiguidade. Referência Historiográfica. Instância Morfológica: Arquitetônico. Integridade formal. Instância Paisagística: Valor de conjunto/entorno. Instância Funcional: Compatibilização com a estrutura urbana. Potencial de Reciclagem.	
Tutela: Proteção Existente: Nenhuma. Proteção Proposta: Tombamento Municipal.	
<b>Histórico:</b> Carlos Alfredo <del>Simch</del> (1880-1967) foi um político brasileiro fez seus estudos secundários no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e Ivo <del>Coque</del> , depois cursou farmácia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre e medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi membro do conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Conselho Administrativo do Estado Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. Eleito senador de 1951 a 1955, pertenceu ao Partido Libertador e foi médico do CADEM e da Cruz Vermelha em Porto Alegre. Fonte: Biografia de Senadores. Senado Federal. <a href="https://www.senado.leg.br/">https://www.senado.leg.br/</a>	
<b>Análise Arquitetônica:</b> Arquitetura residencial unifamiliar, caracterizada pelo telhado em <i>trapezoidal invertido</i> (técnica recortada), uma grande mansarda e varandas.	
	

Cabeçalho de identificação

Valores Atribuídos

Tutela

Histórico

Análise Arquitetônica

Fotografias

(históricas e/ou atuais)



## 6. Instrumentos de Gestão

### 6.1 – Níveis de Preservação

A Classificação das edificações, para fins de gestão, se deu em **três diferentes níveis de preservação**. Desta forma, pretendeu-se dar a escala de proteção necessária e específica para cada bem, considerando a manutenção das características que conferem seu status de bem patrimonial. Ou seja – não são todos os bens inventariados sujeitos ao mesmo regramento, havendo possibilidade de maior flexibilização na aprovação de projetos de intervenção em determinados tipos de imóveis.

É necessário especial atenção para **não entender os níveis de preservação como uma simples escala de importância**; mas sim, a distinção entre o nível de intervenção possível em cada tipo de edificação. Edificações muito importantes podem ter um nível de proteção P3, pela possibilidade de reformar e alterar algumas características sem a perda do valor cultural atribuído. Da mesma forma, edificações mais simples podem ter um nível de preservação P1, por mostrarem-se mais sensíveis a intervenções que danifiquem suas características.

**A proteção proposta é, portanto, relativa à realidade de cada bem.** Edificações mais sensíveis são colocadas no nível de preservação mais alto, demandando projetos de recuperação mais cuidadosos. A maior parte das edificações, cujo valor reside na compatibilidade paisagística ou que já estão mais descaracterizadas, podem receber intervenções mais severas para reciclagem de uso.

**As recomendações para a gestão dos bens edificados são as seguintes:**

#### **P1 – Nível de proteção máximo**

Edificações mais sensíveis a modificações e que por isso devem ser alvo de projetos de conservação e restauro cuidadosos. Esquadrias, telhado, pisos, forros e rodafornos, assoalhos, calçadas, mansardas, jardins, muretas, são exemplos de possíveis elementos característicos destas edificações, sendo estes elementos sempre citados na descrição arquitetônica das respectivas fichas. Novos anexos e edificações no mesmo lote devem ser projetados com maior cuidado, visando não impactar negativamente nas relações paisagísticas e volumétricas.

#### **P2 – Proteção externa**

Edificações cujo principal sentido de preservação está na composição da paisagem urbana. Podem receber obras de reciclagem mais transformadoras, em especial na parte interna. No entanto, o prédio deve permanecer cuidadosamente preservado em seu aspecto externo, incluindo volumetria, materiais característicos, esquadrias originais e demais elementos que forem indicados nas respectivas fichas. O espaço interno das edificações P2 é passível de ser inteiramente transformado. Novos anexos e edificações no mesmo lote devem ser projetados com relativo cuidado, visando não impactar negativamente nas relações paisagísticas e volumétricas.



### **P3 - Proteção externa flexível**

As edificações P3 são assim classificadas quando já se encontram parcialmente descaracterizadas, ou ainda, quando são edificações que devido às suas próprias características construtivas se prestam a receber projetos de adaptação mais severos. Bens P3 podem ser “reformados” e não necessariamente “restaurados”. Nestas edificações é permitido, por exemplo, a abertura dos vãos para vitrines. Os elementos que caracterizam a edificação, apontados nas fichas devem ser mantidos e valorizados. Alterações propostas nos bens P3 podem modificá-lo, mas sempre respeitando volumetria, proporções e ritmo de fenestrações. Novos anexos e edificações no mesmo lote devem ter uma boa relação volumétrica com a edificação inventariada.

### **PL - Lugares**

Os espaços urbanos inventariados são dinâmicos, e portanto apresentam a possibilidade de intervenções que visem qualificar sua materialidade, espacialidade, mobiliário urbano e etc. Recomenda-se a preservação de elementos construídos que conferem identidade a alguns destes locais. Deve-se evitar a diminuição ou erradicação de suas áreas, a construção de barreiras físicas, de espaços fechados ou privados, de amplos espaços cobertos, de usos incompatíveis com os usos consagrados destes locais.

### **PN - Bens Naturais**

A preservação do patrimônio ambiental deve obedecer ao regramento específico do setor, sempre visando a conservação dos valores paisagísticos que determinaram a inserção destes bens no inventário.

**Tabela Ilustrativa – Níveis de Preservação**

	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>
<b>Instância Aprovação</b>	<b>Conselho</b>	<b>Conselho</b>	<b>Conselho</b>
<b>Demolição</b>	N	N	N
<b>Exigível Proj. Restauro</b>	S	S	N
<b>Reciclagem de uso</b>	S	S	S
<b>Alterações fachada</b>	N	N	S
<b>Construção anexos</b>	S	S	S



## 6.2 – Instrumentos de fomento e viabilização econômica

O inventário de patrimônio cultural tem como maior objetivo a identificação dos bens de valor cultural existentes na cidade. Através do mapeamento e da classificação realizada na listagem completa, inclusive com indicativo dos bens em mal estado de conservação, recomenda-se a estruturação de políticas de fomento e viabilização econômica da preservação do patrimônio cultural da cidade.

Algumas das políticas possíveis são instrumentos do Estatuto das Cidades, como a Transferência do Direito de Construir, cujo estudo e regulamentação viria a contemplar financeiramente os proprietários de bens inventariados sem prejuízo aos cofres públicos. A isenção de impostos como o IPTU no caso residencial, e outros impostos que contemplem atividades comerciais; são incentivos de importante implementação. A criação de um Fundo Municipal de Patrimônio Cultural é também prioritário, visando suprir carências financeiras para preservação de imóveis privados. Outras ferramentas são possíveis de construir, a partir de modelos que já se encontram em funcionamento em diversos outros municípios.

## 6.3 – Educação Patrimonial

A formatação de programas transversais de **educação patrimonial** é de extrema importância para a formação de cidadãos. É necessário chegar não apenas aos alunos da rede municipal mas também da rede estadual de ensino, e também proceder projetos informativos e educativos que atinjam a comunidade em geral. Este trabalho de inventário sistematiza informações que podem ser reapropriadas e utilizadas para a formatação de aulas e projetos.

## 6.4 – Legislação Municipal

Recomenda-se a atualização da legislação municipal de patrimônio cultural com fins de reconhecimento dos **bens inventariados** como integrantes do patrimônio cultural do município; de forma a estender a estes também os benefícios possíveis. Cabe destacar que os bens inventariados – ou seja, aqueles nos quais já se identificou os valores culturais – estão contemplados e protegidos pela Constituição Federal, e por isso é importante que este reconhecimento seja regulamentado em nível municipal.

Da mesma forma, recomenda-se que na revisão do Plano Diretor do Município sejam contemplados instrumentos de preservação previstos no Estatuto das Cidades, e o reconhecimento das Áreas de Interesse Cultural e dos indivíduos arquitetônicos inventariados.



## 7. Indicações de Complementação

Devido às delimitações prévias do escopo deste trabalho, não foi possível proceder a inventariação de todo o interior do Município, ficando em aberto o levantamento de edificações, lugares e práticas patrimoniais existentes na área rural do Município. Da mesma forma, recomenda-se que as pesquisas históricas sejam aprofundadas em todos os bens já inventariados, à partir do término das restrições da pandemia do SARS-COVID-19, propiciando um aprofundamento nos valores culturais já devidamente identificados.

Como assinalado nas respectivas fichas, o cemitério municipal foi inventariado enquanto conjunto, reconhecendo a efetividade de seus valores históricos, culturais e paisagísticos. Para aprimorar medidas protetivas neste cemitério, recomenda-se a realização de inventário específico do acervo cemiterial, seguindo metodologias que forem adequadas; e que este inventário encaminhe as devidas medidas de conservação.

Novas informações, enfoques e abordagens poderão identificar outros imóveis e lugares de interesse na área urbana da cidade de Arroio dos Ratos. Os inventários jamais são definitivos, pois podem ser constantemente complementados com o acréscimo de novos bens patrimonializados.



## 8. Referências Bibliográficas

ARAÚJO E SILVA, Domingos de. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província de São Pedro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

**Arquivo Histórico da Mineração Carbonífera: Guia de Fundos Documentais Pós-CADEM (1936-1996)**. Museu Estadual do Carvão.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

DAHNE, E.S. Eugenio. **A Mineração de Carvão e as Concessões da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Glundach & Cia, 1893.

GOOGLE EARTH. Arroio dos Ratos. Imagem satélite, color. Escala indeterminada. Disponível em: <<http://earth.google.com.br/index.html>>. Acesso em: 25 janeiro. 2021.

KERN, Arno Alvarez. **Pré-História e Ocupação Humana**. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.) Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009; v.5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

KLOVAN, Felipe Figueiró. **“Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930”**. (Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014).

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira**. Campinas: S.N., 2001

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza e RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural** in Mestres e Conselheiros – Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Rezende. **Inventário de Identificação: Um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MULHALL, Michael G. **Rio Grande do Sul and its German Colonies**. Londres: Longman, Green & Co, 1873.

Museu Estadual do Carvão. **Histórico da Mineração**. Disponível em: [museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html](http://museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html) Acesso em 15/02/2021.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2ªEd. São Paulo: Ediusp, 1999



SPERANZA, Clarice Gontarski. **Conflitos, solidariedade e formação de classe: "nacionais" e estrangeiros nos primórdios da mineração de carvão do Brasil (1850-1950)**. Canoa do tempo. [Manaus, AM]. Vol. 9, n. 1 (dez. 2017).

SPERANZA, CLarice Gontarski. **Imagens do Ofício: Representações Fotográficas das Minas de Varvão Gaúchas e de Seus Trabalhadores**. in DROPPA et al. História do Trabalho Revisitada: Ofícios, Justiça, Acervos. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura modernista em Porto Alegre: entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

WEIMER, Gunter. **Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WILSON, Henry L. **The Bungalow Book**. Chicago: Henry L. Wilson, 1910.

#### **Acervos Documentais:**

Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul